



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO
RURAL.

REQUERIMENTO Nº , DE 2013
(Do Sr. Alceu Moreira)

Requeiro, nos termos regimentais, que seja realizado encontro desta Comissão, em Passo Fundo/RS, no dia 27 de setembro de 2013, para debater a legalidade das demarcações de terras indígenas e quilombolas em todo o Brasil.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos artigos 24, III; 32, I, “a”; 117, VIII; e 255 a 258, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, **requeiro** a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a participar de encontro desta Comissão, em Passo Fundo/RS, no dia 27 de setembro de 2013, o Procurador do Estado do Rio Grande do Sul, Rodinei Candeia, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG-RS) e seus Sindicatos Municipais associados, a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL) e seus Sindicatos Municipais associados, o jornalista e escritor Lorenzo Carrasco Bazúa, o Juiz Federal de Chapecó/SC, Dr. Narciso Leandro Xavier Baez, o Presidente da Comissão de Direito Agrário e Questões do Agronegócio da OAB/SC, Jeferson da Rocha, além das Prefeituras Municipais e Câmaras Municipais de Vereadores da região para debater a legalidade das demarcações de terras indígenas e quilombolas em todo o Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

A demarcação de terras indígenas e quilombolas é um tema polêmico no Brasil. As crescentes e sucessivas notícias divulgadas pela imprensa demonstram a importância do tema para sociedade e a insegurança no campo que as ações tem gerado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL.

O que se tem observado nos últimos tempos é uma insatisfação das famílias de pequenos produtores deste país.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o Brasil tem hoje cerca de 740 mil indígenas divididos em mais de 200 etnias. Conflitos entre esses índios e o setor produtivo brasileiro tem se tornado cada vez mais evidente na mídia nacional, motivados principalmente por divergências entre identificações, delimitações e demarcações de terras indígenas que muitas vezes se sobrepõem às terras produtivas.

A demanda comum do setor rural brasileiro é a de necessidade de maior transparência nos processos de demarcações de terras indígenas realizados pela FUNAI e pelo INCRA. As entidades tem atualmente elaborado processos aos quais os produtores rurais e os municípios não tem acesso. Os estudos correm à revelia e o direito de defesa é mínimo e, além disto, os interessados não tem tempo suficiente para se defenderem.

Reconhecendo a importância da matéria em debate e verificando a necessidade de se aprofundar a discussão sobre o tema, solicitamos aos Nobres Parlamentares a aprovação deste Requerimento.

Sala da Comissão, em 09 de setembro de 2013.

Alceu Moreira

Deputado Federal (PMDB-RS)